

ANEXO B	Pág. 1/1
---------	-------------

**AUTORIZAÇÃO DE LIGAÇÃO E DESCARGA DE EFLUENTES**

1. O requerente (designação \_\_\_\_\_, sede \_\_\_\_\_, localização \_\_\_\_\_) tendo apresentado o requerimento de ligação das suas águas residuais industriais à rede municipal de colectores, na exacta conformação com o exigido no Artigo 11.º e os condicionamentos dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento do Sistema de Águas Residuais do Concelho em (data) \_\_\_\_\_, está autorizado a fazer a ligação, de acordo com as seguintes autorizações específicas:

CAUDAL MÁXIMO HORÁRIO \_\_\_\_\_ m<sup>3</sup>

**CARACTERÍSTICAS DO EFLUENTE LÍQUIDO A MANTER NA DESCARGA:**

PARÂMETRO	Concentração máxima	Tipo Medição

Capacidade de retenção de emergência do efluente necessária ao sistema \_\_\_\_\_ m<sup>3</sup> \_\_\_\_\_ h  
 Contacto de emergência : \_\_\_\_\_  
 Contacto do requerente \_\_\_\_\_  
 Estarreja, \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ (data).  
 \_\_\_\_\_  
 O Presidente da Câmara Municipal

**OBSERVAÇÕES:**


ANEXO C - TABELA		
VALORES MÁXIMOS ADMISSÍVEIS DE PARÂMETROS NOS EFLUENTES INDUSTRIAIS		
PARÂMETROS	VMA	EXPRESSÃO DOS RESULTADOS
Arsénio total	1.0	mg/l de As
Cádmio total	0.2	mg/l de Cd
Chumbo total	1.0	mg/l de Pb
Cianetos totais	0.5	mg/l de CN
Cloro residual	1.0	mg/l de Cl <sub>2</sub>
total	1.0	mg/l de Cu
Cobre total	0.1	mg/l de Cr (VI)
Crómio	2.0	mg/l de Cr
hexavalente	0.5	mg/l de Cr(VI)
Crómio total	15	mg/l
Fenóis	0.05	mg/l de Hg
Óleos e gorduras	2.0	mg/l de Ni
Mercurio total	1.0	mg/l de S
Níquel total		
Sulfuretos		

ANEXO D	Pág. 1/1
---------	----------

MODELO PARA O BOLETIM DE APRESENTAÇÃO PERIÓDICA DE INFORMAÇÃO RELATIVA AO PROCESSO DE AUTO-CONTROLO

UTENTE INDUSTRIAL Identificação: \_\_\_\_\_  
 RESPONSÁVEL FÁBRIL Nome: \_\_\_\_\_  
 Funções: \_\_\_\_\_

**REGISTO TRIMESTRAL DO AUTO-CONTROLO DO EFLUENTE INDUSTRIAL - QUADRO RESUMO**

MÊS	CONCENTRAÇÃO MÉDIA DIÁRIA						Valor Trimestral
	DIA	Valor Mensal	Valor Mensal	Valor Mensal	Valor Mensal	Valor Mensal	
CAUDAL (m <sup>3</sup> /h)							
Parâmetros							

**CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ**

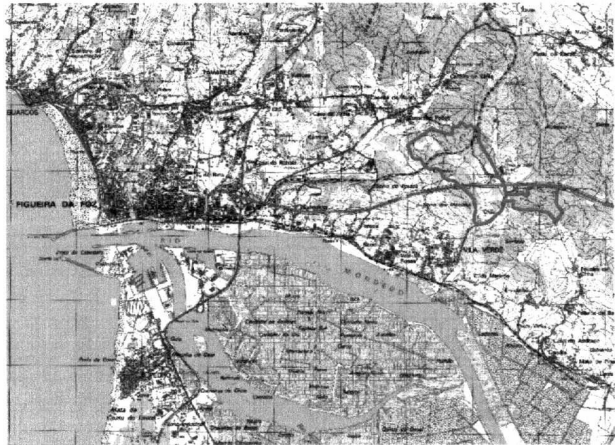
**Aviso n.º 1230/2006 (2.ª série) — AP. — Alteração ao PDM da Figueira da Foz.** — António Duarte Silva, na qualidade de presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, torna público, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 96.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 74.º, com a alínea b) do n.º 3 do artigo 148.º e com o n.º 2.º do artigo 149.º, todos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, que, em reunião camarária de 20 de Março de 2006, foi deliberado proceder à alteração ao PDM da Figueira da Foz, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/94, no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 138, de 18 de Junho de 1994.

A área abrangida pela alteração localiza-se na zona de Murta, está definida no plano em vigor como espaço florestal, espaço para equipamentos diversos e espaço agrícola de grau I e será reclassificada para a implementação de uma plataforma logística.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, podem todos os interessados proceder, no prazo de 30 dias contados a partir dos 15 dias subsequentes à publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, à formulação de sugestões, bem como a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito exclusivo desta alteração ao PDM da Figueira da Foz.

As referidas sugestões e informações deverão ser efectuadas por escrito e dirigidas ao presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, para os seguintes endereços:

Avenida de Saraiva de Carvalho, 3084-501 Figueira da Foz.  
 E-mail: planos@cm-figfoz.pt  
 Fax: 233403354.



20 de Março de 2006. — (Assinatura ilegível.)

**CÂMARA MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**

**Aviso n.º 1231/2006 (2.ª série) — AP.** — José Manuel Caldeira Santos, presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, faz público, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em cumprimento do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento